

Linha Direta

#14 • ANO XXXI • ABRIL/2024

MGI dá prazo para funcionalismo aceitar Termo de Compromisso da Campanha Salarial 2024

Na reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), que ocorreu dia 10 de abril, representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) apresentaram o Termo de Compromisso da Campanha Salarial de 2024. O presidente Miguel Nôvo representou a ANFIP na reunião ocorrida no Ministério da Previdência.

Dentre os compromissos, o reajuste dos auxílios em maio: auxílio alimentação, de R\$ 658 para R\$ 1 mil; auxílio-saúde, de R\$ 144 para R\$ 215; auxílio-creche, de R\$ 321 para R\$ 484,90. E a retomada das mesas específicas. O governo também anunciou que vai desistir do reajuste nominal, mas tratará da recomposição salarial e reestruturação com cada carreira. Promete abrir as 60 mesas faltantes e finalizar todas até julho de 2024.

Rudinei Marques, presidente do Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate), enfatizou que seria difícil comunicar as decisões do governo para a base, porque já houve três mudanças desde que foram iniciadas as conversas: 1) reajuste geral com percentual linear; 2) reajuste nominal geral; 3) reajuste somente em mesas específicas.

"Além disso, diversas categorias já estão em greve ou em paralisações



esporádicas. Logo, não podemos compactuar com o parágrafo 2° da Cláusula II", afirmou Marques. A cláusula diz que "durante o processo de negociação, a interrupção total ou parcial dos serviços públicos, implicará a suspensão das negociações em curso por uma categoria".

Para as entidades, a promessa de que as 60 mesas específicas, ainda pendentes de instalação e com prazo para encerrar as negociações até julho, é enganosa. Haja vista a mesa do Banco Central, que iniciou em setembro e até agora não foi concluída.

As entidades representativas dos

servidores públicos federais consultarão suas bases para dar uma resposta ao governo até dia 15 de abril, porque a data é o prazo final para sair a Portaria com o reajuste dos benefícios.

Greves e paralisações — O secretário de Relações do Trabalho, José Lopez Feijóo, após a reunião com os servidores, sentindo o preso da manifestação das entidades, informou ao presidente do Fonacate, Rudinei Marques, que o governo vai retirar o parágrafo 2º da cláusula II do Termo de Compromisso. Assim, os benefícios serão pagos com efeitos financeiros em maio.



INSCRIÇÕES ABERTAS
Garanta sua vaga!





27 a 29 de MAIO FORTALEZA/CE Hotel Gran Marquise

Luiz Carlos Hauly reafirma parceria com ANFIP PÁGINA 2 ANFIP e Sindifisco esclarecem paridade do Bônus de Eficiência PÁGINA 3 Dirigentes sugerem ações para valorização da Previc PÁGINA 6

Luiz Carlos Hauly reafirma parceria com ANFIP na proteção do sistema tributário



O deputado federal Luiz Carlos Hauly (Pode/PR), em visita à ANFIP no dia 9 de abril, reafirmou sua parceria com a entidade e com os Auditores Fiscais da Receita Federal no trabalho em prol de um sistema tributário justo para todos os brasileiros e eficaz para desenvolvimento do Estado. O parlamentar foi recebido pelo presidente Miguel Nôvo e pelos demais integrantes do Conselho Executivo.

Sobre o sistema tributário, Hauly fez uma ampla contextualização do desenvolvimento econômico dos últimos anos, enfatizando a expressiva participação do setor produtivo na economia, falou sobre as mudanças legais e da própria dificuldade em se aprovar uma reforma capaz de atualizar o modelo de tributos. Citou experiências internacionais e como o país precisa evoluir para chegar à justiça fiscal. "O sistema tributário brasileiro é considerado o pior do mundo", frisou. Isso, para o Brasil, é ruim, pois, de acordo com o parlamentar, traz perdas consideráveis, cumulatividade, com regressividade, fiscais, inadimplência, renúncias contencioso tributário, dívida ativa, custo burocrático. "No coração da discussão

tributária está o modelo econômico brasileiro", destacou, ao observar que o capitalismo predador beneficia os grandes e massacra os pequenos, que acabam pagando a conta.

promulgação Emenda da Constitucional (EC) 132/23 vem para romper essas velhas perspectivas e estabelecer as bases de uma longa transição para unir impostos sobre o consumo de estados e municípios. O principal efeito da aprovação é a unificação, a partir de 2033, de cinco tributos — ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins — em uma cobrança única, que será dividida entre os níveis federal, com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e estadual/municipal, com o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

O presidente Miguel Nôvo reafirmou que os tributos são a forma mais prática de fazer justiça fiscal e social. "Essa emenda aprovada pelo Congresso vem buscar essa finalidade de fazer justiça social e fiscal. Haja vista que nosso sistema é extremamente regressivo e a finalidade dela é diminuir a regressividade e fazer com que ele se torne progressivo", disse.

Hauly enfatizou ainda que o Pacto de Brasília, formado por entidades do fisco, fez um trabalho muito bom ao aprovar um texto único. "O Pacto conquistou a lei orgânica, a autonomia dos fiscos", disse sobre a atuação do grupo. O parlamentar também citou a Reforma Tributária Solidária, cujos princípios serviram de balizamento para o debate.

Regulamentação – O governo deve enviar ao Congresso Nacional dois projetos de lei que regulamentam pontos da EC 132/23, entre eles o que define as regras de aplicação dos novos tributos, normas de cobrança para setores econômicos com regimes especiais e a definição da lista de produtos que integrarão a cesta básica nacional.

Concursados – Acompanharam a reunião Juliana Santos Bezerra e Lucas Trevisan Bartolozzo, integrantes da comissão dos aprovados no último concurso para a carreira. O deputado Hauly demonstrou apoio à convocação dos excedentes do concurso público. O parlamentar, que é reconhecido por sua atuação em defesa dos direitos dos servidores e pela promoção da eficiência na administração tributária, ressaltou a importância de suprir o déficit de pessoal no órgão, visando melhorar a capacidade de atendimento e fiscalização, essenciais para o funcionamento do Estado.

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Sede: SBN Qd. 01 BL H Ed. ANFIP - Brasilia/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251 8100

Envie seus comentários sobre o **LINHA DIRETA** para o email: comunicacao@anfip.org.br

Ludmila Machado

DIRETORA RESPONSÁVEL

Daiana Lima, Ludmila Machado, Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

Editoração eletrônica





www.instagram.com/anfipnacional



www.facebook.com/anfip.nacional



www.twitter.com/anfipnacional



You Tube www.youtube.com/anfipoficial

ANFIP e Sindifisco esclarecem estratégia em defesa da paridade do Bônus de Eficiência

Em live conjunta entre ANFIP e Sindifisco Nacional, realizada dia 10 de abril, o advogado Felipe Vieira, do escritório Farag, Ferreira & Vieira Advogadas e Advogados, explicou as estratégias jurídicas construídas para a defesa dos aposentados no julgamento das ações da paridade do Bônus de Eficiência e Produtividade, na Turma Nacional de Uniformização (TNU). Também participaram da transmissão vice-presidente de Assuntos Associação, Maria Jurídicos da Beatriz Fernandes Branco, e o diretor de Assuntos Jurídicos do Sindicato. Cléber Magalhães.

A TNU é um colegiado formado por 12 juízes provenientes das turmas recursais dos juizados especiais federais, que processa e julga pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando há divergência entre decisões nas diferentes regiões.

A estratégia jurídica que levou o processo à TNU foi em decorrência da distribuição das ações judiciais em todo o território nacional, após decisões desfavoráveis nas varas federais de Brasília. Ao ampliar os julgamentos, foi possível obter decisões diferentes em vários Tribunais Regionais Federais. "Conseguimos duas decisões no TRF2, três no TRF3, quatro no TRF4 e uma no TRF5. A estratégia era gerar jurisprudências diferentes, num caso complexo, onde a União, desde que ela negociou a lei do Bônus de Eficiência, tinha um viés de não pagar para o aposentado aquilo que pagaria para o ativo", afirmou. Somado a isso, ao analisar um incidente de uniformização no TRF1, em um caso individual, a turma reconheceu que havia, sim, divergência entre os tribunais. Ao perceber isso, todos os processos foram suspensos pelo país e o assunto encaminhado para a TNU.

Foi dentro do julgamento desse processo individual na Turma Nacional de Uniformização que a banca de advogados fez o pedido para ingressar como *amicus curiae* (amigo da Corte), obtendo cinco minutos para



a apresentação dos argumentos. O advogado Felipe Vieira fez a defesa oral, baseada em estratégias jurídicas alinhadas com a realidade do processo. Porém, com o ruído de informações a partir dessa sustentação, com relatos errados, falsos e mal entendidos, ANFIP e Sindifisco decidiram, conjuntamente, esclarecer seus respectivos associados.

De acordo com Vieira. fundamentos utilizados foram baseados na jurisprudência do STF, que diz que, se for possível mensurar o trabalho do servidor, é possível pagar de forma diferente. "Segundo o STF, se eu faço uma mensuração do trabalho e pago diferente, eu não estaria violando a regra da paridade", explicou. No caso do Bônus de Eficiência, a sua regulamentação passa pelo estabelecimento de metas globais. Por isso, esclareceu Vieira, quando foi traçada a estratégia para a ANFIP e o Sindifisco, buscou-se o argumento de que, como a Lei estabelece que a avaliação é global, o pagamento tem que ser igual.

"Nós sabemos que a previsão da lei era para uma regulamentação com metas globais, só que para defender o associado, e defender o aposentado, a gente trouxe o viés da jurisprudência do STF de que, ainda que regulamentado o Bônus, eu não poderia pagar diferente, porque ele seria global. Logo, se não houver avaliação individual, o Bônus tem que ser pago igual, sem escada de descida para aposentados, até que haja

uma alteração legislativa que preveja a avaliação individual. Aí sim, a União poderia pensar em pagar diferente, ou seja, quebrar a paridade. Nós defendemos a paridade, mas o STF, e não nós, definiu em jurisprudência sedimentada que, caso haja uma avaliação individual, aquele valor é considerado *pro labore faciendo*, e, por isso, a paridade pode ser quebrada ali", relatou.

No julgamento da TNU, primeiro abriu-se para a sustentação oral da advogada Priscila Medeiros, patrona do caso individual, em seguida para a União e para o *amicus curiae*. "Com os nossos cinco minutos, conseguimos reverberar ao ponto de sermos elogiados pelo presidente da TNU e ao ponto de, na sequência, a juíza federal Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni, de São Paulo, pedir vista do processo", destacou.

O julgamento está em 2×0 contra a paridade. Porém, dez juízes ainda precisam votar. "Assim que tiver a pauta de julgamento, nós retornaremos com toda a força aos dez gabinetes de novo. E, claro, como tivemos um pedido de vista, temos a esperança acesa de que podemos ter um voto divergente, diferente do relator, e que concorde com a nossa tese de que eu não posso pagar diferente para ativo e para inativo", ressaltou, já que só pode haver quebra de paridade se houver uma avaliação individual. "É isso que nós estamos defendendo", finalizou.

A live completa está na TV ANFIP e pode ser conferida <u>aqui</u>.

Consultoria Previdenciária: Mais um benefício exclusivo para associados

O advogado Diego Cherulli apresentou em live na TV ANFIP, realizada dia 11 de abril, todos os detalhes do servico de Consultoria Previdenciária entidade que а disponibiliza aos associados. Participaram da transmissão a vicepresidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, e o advogado da Associação, Rodrigo Cartafina.

A área previdenciária, segundo o advogado, demanda muita atenção e a ANFIP tem esse cuidado com ativos e inativos. "O serviço também atinge os ativos com o planejamento previdenciário. Quem quer saber como se aposentar, com qual valor, se vai pela média, pela integralidade e paridade, tudo isso a ANFIP oferece nessa consultoria", destacou. Dentre os temas abarcados estão ainda contagem de tempo, migração de regime, benefício especial, revisões de benefícios, exercícios anteriores, mudança de fundamento da aposentadoria, pensões.

Cherulli explicou, no entanto, que a análise é feita caso a caso. As regras não são iguais para todas as pessoas, pois existem variáveis entre o histórico de trabalho dos servidores. "Depende de



cada pessoa, de cada perfil. Queremos que o associado se sinta seguro com a tomada de decisão para o seu futuro", disse.

Plataforma - Os interessados podem acessar o serviço plataforma consultoriaprevidenciaria. anfip.org.br. O acesso é feito com o CPF e somente os associados podem fazer o login. Ao ingressar na área, basta selecionar o tipo de consulta, se presencial ou virtual; o motivo da consulta, dentre os temas listados; e

relatar o caso no campo específico. Ao enviar a ficha preenchida, o escritório receberá o conteúdo e uma cópia é enviada para o usuário e para a ANFIP. A partir daí o advogado entra em contato para prosseguir com o atendimento. Lembrando que, para os associados, o serviço é gratuito.

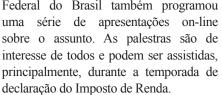
A live sobre a Consultoria Previdenciária está na TV ANFIP e pode ser acessada a qualquer momento, clique aqui.

Mudança no IRPF 2024 é tema de programa da TV ANFIP

A ANFIP promoveu, dia 9 de abril, live ministrada pelo Auditor Fiscal José Carlos da Fonseca, com o objetivo de proporcionar conhecimento aos contribuintes para que eles elaborem suas declarações

do Imposto de Renda 2024 de forma eficiente e cada vez com mais qualidade, desmistificar alguns pontos que causam mais insegurança. A transmissão da ANFIP, mediada pelo vice-presidente de Estudos Assuntos Tributários, Adilson da Silva Bastos, pode ser conferida YouTube.

Para esclarecer amplamente contribuintes, a Receita Federal do Brasil também programou uma série de apresentações on-line sobre o assunto. As palestras são de interesse de todos e podem ser assistidas, principalmente, durante a temporada de



Os temas das lives foram escolhidos por pesquisa pública, feita no site da Receita Federal, divulgada nas redes sociais e segue o cronograma abaixo:

- 17 de abril: Atividade rural
- 24 de abril: Declarando dependentes,

bens, direitos e obrigações • 30 de abril: A Malha do

- IRPF • 8 de maio: Declarando
- rendimentos
- 15 de maio: Carnê-Leão
- 22 de maio: Renda variável

palestras ministradas todas as quartasfeiras, das 16h30 às 18h, sendo conduzidas Auditores Fiscais pelo link: https://www.youtube.com/ watch?v=EGPOwpNQXSY.



Comissão Técnica define assuntos estratégicos para a administração tributária

Os integrantes da Comissão Técnica, em conjunto com a Fundação ANFIP, promoveram reunião estratégica de trabalho, dia 10 de abril, para abordar uma série de temas relacionados à Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e ao serviço público federal.

O encontro, que ocorreu na sede da Associação, em Brasília, foi coordenado pelo vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Adilson da Silva Bastos, e contou com participação dos presidentes da ANFIP, Miguel Nôvo, e, da Fundação, Vanderley Maçaneiro; e dos vice-presidentes das áreas técnicas envolvidas.

Dentre os itens da pauta, destacamse as análises de propostas para aprimorar os processos e políticas relacionados à fiscalização e arrecadação de tributos; modernização dos sistemas de controle fiscal; Lei Orgânica da Administração Tributária, elaborada pelo Pacto de



Brasília, do qual a ANFIP faz parte; e produção de estudos contínuos sobre o sistema tributário brasileiro.

Auditores Fiscais pedem apoio do setor industrial na ampliação da transação tributária

A ANFIP, representada por Jamile Jabra Malke, coordenadora do Conselho Fiscal, e Ariovaldo Cirelo, diretor de Eventos Fundação ANFIP, participou, dia 9 de abril, de reunião conjunta com o presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Rafael Cervone, solicitar apoio na ampliação da transação tributária na Receita Federal do Brasil. Estiveram presentes ainda

representantes da Unafisco, Sindifisco Nacional, Delegacia Sindical de Santos e setores técnicos do Ciesp.

A reunião ocorreu na sede da



Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Na ocasião, foi destacado que a transação tributária na Receita Federal do Brasil atende ao interesse público.

As entidades pediram apoio do Ciesp na articulação com os Poderes Executivo e Legislativo, a fim de que as transações na Receita Federal sejam ampliadas, conforme previsto em emendas parlamentares e projetos de lei que tratam do tema.

Nesse contexto, o presidente do Centro das Indústrias demonstrou interesse nos argumentos apresentados e disse que irá considerá-

los. Rafael Cervone salientou que a concorrência leal e o justo pagamento de tributos são questões que, certamente, interessam à classe empresarial.

Aprovação da PEC Social é prioridade de atuação de entidades

Dirigentes da ANFIP, em visita a Edison Haubert, presidente do Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap), no dia 10 de abril, discutiram estratégias para a campanha de aprovação da PEC 6/2024.



A proposta atualiza as bases da PEC 555/06, para reduzir gradativamente a contribuição previdenciária de servidores públicos aposentados e pensionistas.

Os vice-presidentes Gilberto Pereira (Executivo), Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) e Cássio José de Oliveira (Assuntos Parlamentares), e a assessora especial Presidência, Maria Aparecida Fernandes Paes se comprometeram a unir esforços juntamente com as demais entidades vinculadas ao Mosap para conseguir agendas com autoridades e líderes partidários para esclarecer os pontos

positivos da PEC.

"Ela não irá trazer grande impacto financeiro para as contas públicas, ao contrário do que alguns integrantes do governo entendem. Na verdade, a PEC trata de justiça social para os aposentados e pensionistas, que trabalharam anos e anos para a construção do Brasil e da democracia que hoje existe no país", destacou Gilberto Pereira.

De autoria do deputado Cleber Verde (MDB/MA), a matéria aguarda despacho para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para aprovação de sua admissibilidade.

Diap apresenta trabalho parlamentar e agenda legislativa a conselheiros

presidente Miguel Nôvo, acompanhado vice-presidentes dos Gilberto Pereira (Executivo), Cássio de Oliveira (Assuntos Parlamentares) e Wanderson Dias Ferreira (Assuntos da Seguridade Social), se reuniu, dia 11 de abril, com o diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Neuriberg Dias, e o assessor parlamentar André Santos, a fim de debater uma agenda de trabalho no Congresso Nacional.

O foco principal da discussão foi analisar estratégias para o avanço da pauta prioritária da Associação, nos temas de interesse dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e do fortalecimento do serviço público, diante dos desafios presentes no cenário político e econômico atual.

A ANFIP, desde 1993, é parceira do Departamento Intersindical na articulação junto aos Poderes da República, especialmente o Congresso



Nacional, e na defesa de políticas públicas mais justas e democráticas.

O Diap é constituído por diversas entidades representativas do funcionalismo e do setor privado, movimentos sociais, e é referência na produção de análises, estudos, livros, como "Os Cabeças do Congresso Nacional", bem como no acompanhamento de políticas públicas que impactam diretamente os servidores públicos e a sociedade como um todo.

Dirigentes sugerem ações conjuntas para valorização da Previc



O presidente Miguel Nôvo, acompanhado dos vice-presidentes Wanderson Dias Ferreira (Assuntos da Seguridade Social) e Jorge Cezar Costa (Finanças), participou de reunião, dia 11 de abril, para discutir pautas de interesse dos Auditores Fiscais em exercício na Superintendência

Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Receberam os dirigentes o diretorsuperintendente, Ricardo Pena; o diretor de Licenciamento, Guilherme Campelo; o diretor de Fiscalização e Monitoramento, João Paulo de Souza; e o coordenador-geral de Monitoramento, Rodrigo Possas. "Aqui é um lugar que a ANFIP vai ser sempre bem recebida por entender o que a gente faz, sobretudo, por ter a origem previdenciária", frisou Ricardo Pena.

Miguel Nôvo reforçou o interesse de atuação coletiva junto à Previc para auxiliar na divulgação de informações relevantes para os Auditores e para a sociedade em geral. Os dirigentes também colocaram a entidade à disposição para cooperação técnica em pautas importantes para a categoria.

Os representantes da Previc informaram ainda que a Superintendência conta atualmente com 17 novos Auditores, aprovados no último concurso da Receita Federal do Brasil, em período de capacitação para as atividades que serão desenvolvidas. A recomposição é importante para dar andamento ao trabalho, especialmente no que se relaciona à fiscalização e supervisão dos fundos de pensão.

XVIII Encontro Nacional:

Show de humor e diversão garantida em Fortaleza

Fortaleza (CE) é sinônimo de beleza natural, cultura vibrante e hospitalidade calorosa. Este é o cenário que os participantes do XVIII Encontro Nacional da ANFIP irão vivenciar. O evento será de 27 a 29 de maio, no Hotel Gran Marquise, da capital cearense. Todos os detalhes podem ser conferidos no hotsite.

Para aproveitar ainda mais a cidade, a Comissão Organizadora, junto à Fortline Viagens e Turismo, disponibiliza as opções de lazer abaixo. Os participantes do Encontro precisam apresentar, no dia 28 de maio, o crachá do evento para obter os descontos.

Teatro do Humor – Considerado patrimônio cultural do Ceará, o Teatro do Humor em Fortaleza é o destino certo para quem busca momentos de risadas e descontração.

Para garantir a melhor experiência,

são oferecidas duas sessões, no valor de R\$ 35 por pessoa, ao apresentar o crachá do Encontro Nacional:

- Primeira, às 19h: Apresentação "O Forrozim" e um espetacular Show de Humor.
- Segunda, às 21h15: Apresentação "O Forrozim" e o incrível Show de Humor.

Pirata Bar – Com uma mistura de ritmos e experiência diferenciada, o Pirata Bar também oferece uma programação incrível em Fortaleza: 19h30: Abertura com o Trio Tapioca 20h: Apresentação dos Piratas do Forró 22h30: Quadrilha Junina do Zé Testinha 23h30: Banda do Pirata, com uma mistura de ritmos que inclui Forró, Axé, Pop Rock, Carimbó, Samba e muito mais! 2h: Sopão da Madrugada

Os ingressos estão disponíveis por R\$ 70, mas para o grupo do Encontro Nacional, mediante apresentação do



crachá, o valor cai para R\$ 35.

Passeios – Há ainda diversas opções de pacotes elaborados para os participantes. Os associados terão a oportunidade de explorar os principais pontos turísticos da cidade, relaxar em praias deslumbrantes, imergir na rica história e cultura de Fortaleza e mergulhar em piscinas naturais de águas cristalinas. Acesse aqui.

Geap divulga resultado das eleições para conselhos de Administração e Fiscal

A Geap Saúde finalizou, dia 7 de abril, o processo eleitoral que definiu os novos membros, titulares e suplentes, dos Conselhos de Administração (Conad) e Fiscal (Confis) da operadora. A Chapa 3 foi a vencedora do pleito. O anúncio foi transmitido, ao vivo, na página do Youtube da Geap.

Foram eleitos, para o Conad, como titulares, Ivy Marques Amaro, Veronica Pacheco da Silva e Ronald Acioli da Silveira, e, como suplentes, Wesley Alves Felipe, Marly Saliba Rebouças e Margarida Lopes de Araújo. Para o

Confis, foram eleitos, como titulares, Maryjane Cavalcante Silveira e Mônica Arcoverde Moraes, e, como suplentes, Adriana Lopes Pacheco e Ieda Regina dos Santos Brasil.

Os novos conselheiros assumiram o compromisso de lutar por preços baixos e acessíveis, sem perder a qualidade; criar produtos adaptados à realidade de todos os servidores; e de promover melhorias no per capita. Também pretendem ampliar a rede de atendimento nas capitais e, sobretudo, no interior; priorizar a qualidade do atendimento aos

beneficiários; e trabalhar pela criação de policlínicas. O cuidado também faz parte dos compromissos dos eleitos, especialmente com os beneficiários, propiciando respostas mais ágeis às solicitações; melhorias na divulgação dos serviços; criação de programas de medicina preventiva; introdução de implantes odontológicos e tratamentos ortodônticos nos planos da Geap; melhoria de processos e atendimento; e criação de plano de carreira para os colaboradores e de cargos de analistas nas unidades administrativas.

BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Cuide do seu pet com os descontos exclusivos do Clube de Vantagens

Garanta o bem-estar do seu pet com tranquilidade e economia! O ANFIP Tem +Vantagens oferece até 20% de desconto nas empresas parceiras Petz, Televets, Meu Pet Club e Petlove.

Estão disponíveis diversas ofertas em produtos, serviços e muito mais para mimar seu animalzinho. Acesse a plataforma <u>anfip.temvantagens.com.br</u> e garanta os benefícios.







FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100 (ligação e whatsapp) 0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)

E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)

E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

CADASTRO

E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local - atendimento das 14h às 18h)

(61) 3251-8121 / 8123 / 8126

E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)

E-mail: assistenciais@anfip.org.br

MarktClub: 0800 932 0000 - Ramal: 4199

Benevix (Concierge): (27) 99663-6339

concierge@benevix.com.br

Benevix/Unimed: 0800 606 7272

Geap: 0800 728 8300

